

Escrita de Si: História e Memória nas Narrativas de Vida. Anna Martins Gouveia entre a Madeira e o Hawaii (Século XX)

Writing the Self: History and Memory in Life Narratives.
Anna Martins Gouveia between Madeira and Hawaii (20th Century)

*Susana Caldeira*¹

Resumo

Ao longo do século XIX, a Ilha da Madeira encontrava-se em sérias dificuldades económicas e sociais. A emigração foi para muitos uma forma de recomeçar e, assim, fugir do desastre económico. Ao mesmo tempo que o Hawaii exigia tanto trabalhadores como colonos, os madeirenses seguiram o seu sonho de uma vida melhor naquilo a que chamaram de “Terra Nova” e, rapidamente, tornaram-se num dos maiores grupos de imigrantes no Hawaii. Através da narrativa de vida de Anna Martins Gouveia podemos reconstruir, em grande parte, pormenores da História da emigração madeirense para o Hawaii, bem como da vida dos portugueses nas plantações e, posteriormente, nas cidades. A partir das suas memórias, é possível observar costumes e tradições que passaram a fazer parte do mosaico multiétnico e cultural havaiano.

Este ensaio pretende analisar a “narrativa de vida” à luz da reconstrução da História, optando pela interdisciplinaridade e abrindo, assim, um espaço de debate entre as várias áreas do conhecimento, não assumindo verdades demasiado estabelecidas, mas questionando e analisando fragmentos dispersos de forma a reconstruir uma História humana.

¹ Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawaii, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros, como por exemplo, CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii* [...]. Os seus interesses focam-se, sobretudo, no âmbito da cultura e literatura insulares e tem revelado alguma pesquisa sobre o papel da mulher nas migrações. Tem vários artigos publicados. É investigadora no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, membro do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (CEC) e Investigadora Associada do projeto Colour of Labour: The Racialized Lives of Migrants do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Contacto: susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt.

Palavras-chave: Escrita de Si; História; Memória; Narrativas de Vida; Madeira; Hawaii; Emigração.

Abstract

During the 19th century Madeira Island found itself in serious economic and social straits. Emigration was for many a chance to start over and thereby flee the economic disaster. As at the same time Hawaii was demanding for labourers as well as settlers, Madeirans followed their dream for a better life in what they called the “Terra Nova” and soon became one of the largest immigrant groups in Hawaii.

Through Anna Martins Gouveia’s life narrative, we can reconstruct, in large part, details of the History of Madeiran emigration to Hawaii as well as the life of Portuguese in the plantations and later in the cities. From her memories, it is possible to observe customs and traditions that became part of Hawaii’s multi-ethnic and cultural mosaic.

This essay aims to analyse “life narrative” under the light of the reconstruction of History, opting for interdisciplinarity and thus opening a space for debate between the various areas of knowledge, not assuming too established truths, but questioning and analysing scattered fragments in order to reconstruct a human History.

Keywords: Writing the Self; History; Memory; Life Narratives; Madeira; Hawaii; Emigration.

«My name is Anna Martins Gouveia (go-VEY-ah). I was born in 1880 on the Portuguese island of Madeira (ma-DAY-rra) far away from Hawaii»². É com estas duas frases que se inicia o relato de memórias, ou a narrativa de vida de Anna Martins Gouveia, uma madeirense que emigrou para o Hawaii, no ano de 1906, a bordo do navio *Suveric*. De acordo com o registo de batismo de Anna Martins Gouveia, depositado no Arquivo e Biblioteca da Madeira, o seu nascimento foi no dia um de fevereiro de 1881 e não de 1880. No assento de batismo podemos ler:

«Aos vinte dias do mez de fevereiro do anno de mil oitocentos oitenta e um nesta igreja parochial do Senhor Bom Jesus da freguezia da Ponta Delgada, concelho de São Vicente, diocese do Funchal, baptizei solennemente um individuo do sexo feminino a quem dei o nome de Anna que nasceu nesta freguezia às sete horas da noite do dia um do corrente mez, filha legitima (segunda do nome) de Francisco Martins, lavrador, e de Joanna do Espírito Santo, empregada no governo doméstico»³.

Do que nos é dado a entender pela referência bibliográfica, esta narrativa de vida foi fruto de uma entrevista por parte de uma etnóloga do Ethnic Resource Center for the Pacific, da Universidade do Hawaii, em Honolulu, ilha de Oahu. Percebemos,

² GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 4.

³ Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia da Ponta Delgada, Nascimentos, livro 5567, ff. 5v.º-6, registo 12.

então, que a vida de Anna Martins Gouveia é contada por intermédio de respostas às questões que lhe são colocadas («by Anna Martins Gouveia as told to Margaret F. Araújo»⁴), sem que tal facto tire o protagonismo ao narrador autobiografado que constitui uma memória de si, estabelecendo com o público leitor aquilo a que Philippe Lejeune apelidaria de «le pacte autobiographique» – ou pacto autobiográfico –, através do qual o autor, que «se définit comme étant simultanément une personne réelle socialement responsable, et le producteur d'un discours»⁵, se compromete a dizer a verdade ao leitor. Por sua vez, o leitor comprometer-se-á a acreditar naquilo que o autor lhe conta e porque este lhe conta em nome próprio, assim conferindo legitimidade ao seu texto:

«Ce qui définit l'autobiographie pour celui qui la lit, c'est avant tout un contrat d'identité qui est scellé par le nom propre. Et cela est vrai aussi pour celui qui écrit le texte. Si j'écris l'histoire de ma vie sans y dire mon nom, comment mon lecteur saura-t-il que c'était moi? Il est impossible que la vocation autobiographique et la passion de l'anonymat coexistent dans le même être. [...] D'où l'espèce de passion du nom propre, qui dépasse la simple "vanité d'auteur", puisque, à travers elle, c'est la personne elle-même qui revendique l'existence. Le sujet profond de l'autobiographie, c'est le nom propre»⁶.

A narrativa de vida faz parte daquilo a que chamamos “escrita de si” e é um género que se aproxima sobremaneira da autobiografia ou da narrativa autobiográfica, desde logo pela utilização da primeira pessoa do singular de um narrador que se afirma como autodiegético. No fundo, trata-se de uma atitude reflexiva do sujeito que recorre à sua memória individual, à sua experiência e identidade para relatar factos vividos em determinado contexto histórico-social, envolvendo, por isso, uma memória coletiva que interessa à historiografia tanto como fonte, quanto como objeto de estudo. É sabido que as autobiografias, biografias, diários e correspondência epistolar têm, desde sempre, sido usados pelos historiadores como fontes documentais, sobretudo na escrita de uma História cultural, social e política. No entanto, só mais recentemente é que passaram a ser considerados como fontes privilegiadas da pesquisa historiográfica:

«Pode-se, dessa maneira, traçar relações – nem mecânicas, nem imediatas – entre uma história da subjetividade do indivíduo moderno, uma história das práticas culturais da escrita de si e uma história da História que reconheceu novos objetos, fontes, metodologias e critérios de verdade histórica.

⁴ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*.

⁵ LEJEUNE, 1974, *Le Pacte Autobiographique*, p. 23.

⁶ LEJEUNE, 1974, *Le Pacte Autobiographique*, p. 33.

Um primeiro aspeto a ser observado diz respeito à valorização desse conjunto de fontes produzidas no âmbito do privado, quer por “grandes” homens, quer por homens “comuns”, e que precisaram ser recolhidas, organizadas e socializadas para a pesquisa histórica. [...] Paralelamente, os historiadores foram levados a considerar a necessidade de incorporar novos objetos à sua prática historiográfica, o que exigiu a construção de novas metodologias e categorias de análise, assim como o enfrentamento da questão da dimensão subjetiva dessa documentação»⁷.

Assim, esta representação do sujeito, através da escrita de si, reflete o todo, ou seja, as memórias individuais relatadas estão imbuídas na memória coletiva que interessa à História. No caso particular que convocámos para este ensaio, a escrita de si de Anna Martins Gouveia descreve a história da emigração da sua família desde a ilha da Madeira até ao arquipélago do Hawaii e o processo de aculturação a que foram sujeitos, ao mesmo tempo que enfatiza aspetos da sua cultura de origem. Estes relatos autobiográficos denotam o que significava fazer parte da comunidade portuguesa residente no Hawaii e, sobretudo, o que significava ser-se português naquelas paragens. Através da narrativa de vida de Anna Martins Gouveia podemos reconstruir, em grande parte, pormenores da História da emigração madeirense para o Hawaii, bem como da vida dos portugueses nas plantações e, posteriormente, nas cidades. A partir das suas memórias, é também possível observar costumes e tradições que passaram a fazer parte do mosaico multiétnico e cultural havaiano.

Este processo autobiográfico da narrativa de vida está intimamente ligado à recuperação do vivido que é feita através da memória, aliás, vive na estreita dependência da memória. O tom memorialístico de Anna Martins Gouveia remete para uma busca dos acontecimentos do passado, de tal modo que tais acontecimentos são revivenciados na primeira pessoa, sempre na sua relação com o espaço e o tempo histórico e com a coletividade em que se inseriu, ou seja, o grupo de indivíduos com quem o sujeito narrativo se relacionou. É neste recorrer à memória que o narrador traz a sua vida passada para o presente, mas ao fazê-lo, traz também a história da sua comunidade. Assim, a memória assume uma dupla tarefa na escrita de si: por um lado, permite aceder aos testemunhos individuais e coletivos do passado; por outro lado, contribui para a construção da História e da memória coletiva de um grupo ou comunidade. A historiografia estuda estas narrativas de vida não como um testemunho de um indivíduo isolado, mas do grupo a que pertencem, enquadrados numa temporalidade e espacialidade específica.

⁷ GOMES, 2004, *Escrita de Si, Escrita da História*, p. 14.

Anna Martins Gouveia prossegue a sua narrativa autobiográfica, dizendo que a maioria dos portugueses no Hawaii, que era então conhecido como Sandwich Islands⁸, vinham da Madeira e dos Açores. De facto, a emigração portuguesa para o Hawaii inaugurou-se em 1878, com 120 madeirenses que, a bordo da barca alemã *Priscilla*, chegaram ao Hawaii em setembro desse ano, após quatro meses de viagem. Em 1879, seguiu-se o navio *Ravenscrag* – conhecido por transportar a braguinha (bem como tocadores e construtores do pequeno instrumento musical que viria a popularizar-se como o *ukulele*) – também unicamente com madeirenses e, depois, mais de uma vintena de navios que ao longo dos anos transportaram quase exclusivamente madeirenses e açorianos para aquelas ilhas do Pacífico. Só em 1911, e em mais quatro viagens subsequentes, é que foram também portugueses continentais, mais precisamente alentejanos e transmontanos que, tal como os madeirenses, foram escorraçados das suas terras pela miséria e pela fome⁹:

«Não fossem a miséria e a fome a escorraçarem tantas famílias das ilhas, das terras do interior, de Trás-os-Montes e do Alentejo, muitos teriam morrido nas aldeias sem nunca verem o mar ou ousarem navegar. Assim, a pensar numas ilhas que nem o nome sabiam, transformaram-se em marinheiros improváveis. Partiram famílias inteiras numa longa viagem à procura de nova vida. Uma jornada difícil de vários meses no alto-mar»¹⁰.

Mas Anna Martins Gouveia recua ainda mais no tempo para falar da sua vida na Madeira, de onde saiu com 25 anos. Diz que na Madeira existiam montanhas e vales, tal como no Hawaii. Diz ainda que, quando viviam na Madeira, tinham um porco e uma vaca e que plantavam feijão, cana-de-açúcar, bananas, vegetais, flores e uvas para fazer vinho. Os camponeses, na Madeira, dedicavam-se sobretudo à agricultura e à criação de gado, mas numa ilha com um espaço arável insuscetível de expansão, e sob os efeitos nocivos de crises económicas gravíssimas, esta agricultura seria mais uma agricultura de subsistência. No caso de Francisco de Gouveia¹¹, o marido de Anna

⁸ A descoberta oficial do Hawaii pelos europeus é atribuída ao Capitão James Cook, da Real Armada Britânica, a 18 de janeiro de 1778 (exatamente 100 anos antes do primeiro fluxo de madeirenses para o Hawaii). Cook terá batizado estas ilhas de *Sandwich Islands* como homenagem ao seu patrono e primeiro Almirante da Armada Britânica, James Montagu, quarto conde de Sandwich (1718-1792). No entanto, sabe-se que em 1818, o rei Kamehameha I protestou contra o nome atribuído, declarando que cada ilha deveria ser chamada pelo seu próprio nome, e o grupo de “Ilhas do Rei do Hawaii” (Golovnin). O nome *Sandwich Islands* continuou a ser usado durante muitos anos, mas nas comunicações oficiais tornou-se, gradualmente, obsoleto depois de 1844, Cf. *Names and Insignia of Hawaii*, 1970, p. 3.

⁹ Cf. CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii* [...] p. 262, Anexo III – Quadro da emigração portuguesa para o Hawaii: navios que transportaram emigrantes portugueses para o Hawaii entre 1878 e 1913.

¹⁰ AUGUSTO, 2022, *Mandem Saudades. Uma longínqua história de emigração*, p. 11.

¹¹ Francisco de Gouveia, nascido em 1877, casou, no ano de 1900, com 23 anos, com Anna Jesus Martins, depois Anna Martins Gouveia, então com 19 anos, na igreja de Ponta Delgada. Cf. Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia da Ponta Delgada, Casamentos, livro 8168, ff. 5-6, registo 6.

Martins Gouveia, este saía de casa com um saco de feijão às costas, de madrugada, para atravessar as montanhas a pé em direção à costa sul e vender os seus produtos no mercado do Funchal. Após a negociação, fazia o caminho de volta a casa, no norte da ilha, com o dinheiro e alguns bens que eventualmente comprasse, e chegava a casa já a noite ia escura.

Na Madeira, aos domingos depois da missa, era tempo de descansar e visitar a família e os vizinhos. Um hábito que continuou no Hawaii, mesmo quando os madeirenses viviam nos campos das plantações de cana-de-açúcar, como tão bem retrata Nancy Foon Young:

«Aos domingos toda a família ia à missa, lavados e vestidos nas suas roupas domingueiras. O João ficava tão bonito no seu fato escuro, com a camisa branca engomada e os seus sapatos engraxados, liderando a família pela rua do campo da plantação até à igreja. Os filhos seguiam-no, em fila, parecendo miniaturas do pai. A Teresa usava sempre as suas joias em ouro, que trouxera da Madeira, e foi com orgulho que colocou a cruz em ouro, que pertencera à sua mãe, ao pescoço de Maria Lúcia, quando ela fez a Primeira Comunhão. Depois da missa, a família ia visitar os amigos. O João sentava-se na varanda com os amigos, apreciando um copo de vinho, falando da vida na plantação e partilhando piadas, enquanto jogavam à bisca, um jogo de cartas português. Teresa juntava-se às outras mulheres para fazer o almoço, trocar receitas, discutir os problemas da educação dos filhos, falar das últimas novidades dos campos, ou para sentar-se a bordar. Muitas das suas vizinhas eram da Madeira, e eram muito conhecidas pelo seu bonito trabalho bordado. As mulheres do campo eram muito ciosas na manutenção da igreja e, assim as mulheres de São Miguel preparavam o linho do altar e das vestimentas do sacerdote, e as mulheres da Madeira bordavam-no ricamente com lindos desenhos. Os mais novos saboreavam estas tardes de domingo, livres das suas tarefas semanais. As crianças procuravam seixos roliços para jogar às pedrinhas, trepavam as árvores para apanhar frutos. Os adolescentes passavam o tempo a planear piqueniques e namoros. À tardinha, as famílias juntavam-se nas varandas, cantavam e contavam histórias»¹².

Os feriados religiosos ou os dias da “Festa” também eram levados a rigor tanto na Madeira como, mais tarde, no Hawaii, com roupas especiais, danças, canções e iguarias. Naquele arquipélago do Pacífico, como seria inevitável, o Natal era uma época privilegiada de revitalização de valores culturais, uma vez que era a Festa por excelência. A lapinha, a missa do galo, as searinhas de trigo, a matança do porco, a canja, a carne de vinho e alhos, o bolo do caco e o bolo de mel, fazem parte do imaginário e do dia a dia de muitos descendentes de madeirenses no Hawaii, tendo mesmo algumas tradições e receitas madeirenses integrado o quotidiano dessas ilhas do Pacífico¹³.

¹² YOUNG, 1973, *The Portuguese in Hawaii*, p. 55. Tradução nossa.

¹³ Cf. CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii* [...], pp. 193-195.

Mas, como revela Anna Martins Gouveia, os dias normais na Madeira eram dias de muito trabalho e ela e o marido tinham de trabalhar de sol a sol para criarem os seus três filhos Manuel, Maria e Carolina (nomes que no livro aparecem já anglicizados: Manuel, Mary e Caroline). Anna tinha de fazer a lida da casa, cozinhar, cozer o pão e costurar, mas também ajudava o marido nos trabalhos do campo.

Dos amigos que trabalhavam em barcos (imaginamos que seriam os barcos de cabotagem, uma vez que o casal vivia no norte da ilha, em Ponta Delgada, e o acesso ao Funchal era, na maioria das vezes, feito de barco ou a pé durante um dia inteiro) ouviam contar histórias sobre um grupo de ilhas muito distantes que eram tal e qual a Madeira. E relata Anna:

«We read letters from Portuguese families who settled there. They all said there were good jobs and lots of land you could buy, that it was green, rich and good. They said that people wanted Portuguese families to settle there to work and make Hawaii grow. Francisco and I listened to these stories, but we never thought we would leave Madeira. One day everything changed»¹⁴.

Lembre-mo-nos que Anna está a referir-se ao início do século XX, a cerca de 1905 ou 1906. Por esta altura mais de vinte barcos, desde 1878, tinham “despejado” nas ilhas havaianas milhares de emigrantes das ilhas portuguesas. Muitos já tinham terminado os seus contratos de três anos e tinham já rumado às cidades, onde se fixavam no pequeno comércio ou exerciam os seus ofícios. Nas cidades, os portugueses ocupavam-se como pedreiros, carpinteiros, serralheiros, canalizadores, mecânicos, cocheiros, jardineiros, etc. Como carpinteiros podiam ganhar salários de três dólares e meio por dia; como pintores, marceneiros, ferreiros e pedreiros ganhariam de dois a três dólares por dia; e como criados, cocheiros e jardineiros ganhariam entre quinze a vinte dólares mensais, com direito a alimentação.¹⁵ Muitas das mulheres madeirenses encontraram na arte de bordar, trazida da ilha, um meio de auxiliar no orçamento familiar e facilmente arranjavam emprego como criadas domésticas.

É, de certa forma, estranho Anna referir-se apenas às coisas boas quando, por esta altura, a imprensa já “gritava” sobre a existência de uma espécie de escravatura branca. As denúncias surgiam por todo o lado. Nos jornais da Califórnia, teceram-se gravíssimas críticas sobre a colónia portuguesa em Sandwich e o sistema de

¹⁴ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*, p. 9.

¹⁵ Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Documentos, relatórios e correspondência avulsos, *Emigração para o Hawaii*, caixa n.º 1067, n.º 53 (ofício de 22 de março de 1883) e n.º 86 (ofício de 12 de abril de 1884).

escravatura branca que ali se dizia praticar¹⁶. Mas facto é que o Governo havaiano, muito satisfeito com a emigração portuguesa, facilitou a fixação dos portugueses na cidade de Honolulu¹⁷. Como referia o cônsul de Portugal no Hawaii, António Sousa Canavarro:

«Os dos primeiros navios, quando terminaram os contratos, afluíram a Honolulu à procura de trabalho menos pesado e mais lucrativo que o das plantações. Juntaram-se aos que já estavam na cidade, formando um bairro à parte, em terrenos pertencentes à Coroa, onde lhes é arrendado, pelo tempo de cinco anos, um espaço de cem pés de comprimento e outros tantos de largura, pagando anualmente 25 dólares, e onde têm edificado pequenas casas de madeira, cujo preço de construção é, aproximadamente, de 300 dólares»¹⁸.

Os madeirenses concentraram-se sobretudo nas zonas altaneiras do vale Kalihi Uka e nas vertentes do Punchbowl, a cratera de um vulcão extinto. Estas zonas eram privilegiadas, não só por serem mais baratas, mas, principalmente, pela vista que têm sobre a baía de Honolulu. Segundo o sociólogo James MacDonald, em 1890, estas zonas eram já consideradas portuguesas, pelas características singulares das casas e arredores, onde os emigrantes tentavam recriar a paisagem das ilhas que os tinham visto nascer¹⁹. Também Leo Pap fazia referência a esta zona residencial, onde viviam sobretudo os madeirenses:

«The particular section of Honolulu that the Portuguese, and particularly the Madeirans, selected for residence as early as the 1880's exemplifies vividly the dream dreamt by so many immigrants anywhere from anywhere: that of being able to recreate in the new environment some cherished aspect of the old. For just as Funchal, the capital of Madeira, skirts and slopes up a volcanic mountain, so Honolulu spreads at the foot and up a hillside topped by a volcanic crater known as the Punchbowl. The Punchbowl district of Honolulu became the residential core of the Portuguese islanders, who soon converted this arid rock into productive gardens»²⁰.

Já em 1884, o cônsul Canavarro comentava:

¹⁶ Comentando estas acusações, o cônsul britânico no Hawaii classificou-as de “exageradas”, afirmando que não existia escravatura no Hawaii, embora «o chicote seja usado». Cf. Hawaiian State Archives, British Consular Records, Foreign Office and Executive, correspondência de James H. Wodehouse para Granville, ofício de 13 de março de 1882.

¹⁷ Apesar de dispendiosa, a emigração portuguesa era tão significativa para o Hawaii que mereceu a atenção do monarca havaiano. Em 1881, o rei Kalakaua visitou Portugal, tendo firmado um Tratado de Comércio e Amizade com o rei D. Luís. Este tratado visava regular a emigração das ilhas Atlânticas, que se achava ameaçada de ser proibida pelo governo português, em virtude das denúncias de abusos perpetrados pelos plantadores, de incumprimento de contratos e de acusações de escravatura branca.

¹⁸ Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Documentos, relatórios e correspondência avulsos, *Emigração para o Hawaii*, caixa n.º 1067, n.º 53 (ofício de 22 de março de 1883).

¹⁹ MACDONALD, 1986, *Cognitive aggregate and social group: the ethnic Portuguese of Honolulu*, p. 120.

²⁰ PAP, 1981, *The Portuguese-Americans*, p. 78.

«Num dos lados da cidade, junto a uma montanha chamada Punchbowl, lugar onde os terrenos são menos caros, o número de casas de portugueses tem crescido consideravelmente e formam hoje um bairro de aspeto pictórico e notavelmente asseado. Estas casas, segundo o uso do país, são construídas em madeira, rodeadas de pequenos jardins e, na generalidade, muito confortáveis»²¹.

Quando terminou o prazo de arrendamento, as terras passaram a ser possessão do Território de Hawaii que, em 1912, as leiloou, dando preferência de compra aos residentes, ficando então essas zonas conhecidas, até os nossos dias, como bairros portugueses²².

No relato de Anna Martins Gouveia, ela enfatiza o facto de o Governo havaiano querer importar famílias portuguesas para se estabelecerem e trabalharem no Hawaii e, assim, fazerem-no crescer. Esta foi, de facto, a base de todas as negociações feitas entre Portugal e o Hawaii. Se, por um lado, Portugal precisava de escoar gente, devido às crises económicas que deixavam a sua população na miséria e à fome, por outro lado, o Hawaii viu na imigração de portugueses das ilhas atlânticas (e mais tarde de Portugal continental) a possibilidade de ter mão de obra para a indústria sacarina, base da economia havaiana de então, e, quase que mais importante, garantir a continuação da raça havaiana que ameaçava extinguir-se.

Nesta altura, podemos perguntar-nos sobre o que terá mudado para que Francisco e Anna Gouveia se decidissem pela partida para as ilhas Sandwich. Segundo a sua narrativa autobiográfica, Anna Martins Gouveia relata que um dia, tendo Francisco partido do norte da ilha para ir vender a sua saca de feijão ao mercado do Funchal, os comerciantes disseram que não lha compravam por já se terem abastecido. Francisco ficou muito zangado, atirou a saca de feijão para o chão e dirigiu-se de imediato ao agente de emigração para seguir no navio seguinte para o Hawaii. Anna não queria sair da Madeira, mas Francisco estava determinado: «He was my husband, the father of my children and head of our family, and he had made his decision. So we packed up and left»²³.

Por esta e por outras tantas mães, dedicou Mário Augusto o seu livro às

«mães-coragem que, sem direito a opinião nas decisões de partir, seguiram os maridos nessas aventuras. Seguiam doridas, mas determinadas, viram os filhos ainda crianças morrerem-lhes nos braços durante a viagem, sofreram todas as privações, reergueram-se nos campos como pilar da família, fizeram vida e, como as árvores mais rijas, lançaram

²¹ Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Documentos, relatórios e correspondência avulsos, *Emigração para o Hawaii*, caixa n.º 1067, e n.º 86 (ofício de 12 de abril de 1884).

²² Cf. MACDONALD, 1986, *Cognitive aggregate and social group: the ethnic Portuguese of Honolulu*, p. 120.

²³ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*, p. 10.

longe as raízes dos valores da portugalidade e da família que ainda hoje perduram no Hawaii»²⁴.

E, assim, partiram, no Verão de 1906, a bordo do *Suveric*, com os seus três filhos. Segundo Anna Martins Gouveia, seguiam viagem 710 adultos e 616 crianças da Madeira e dos Açores. Ao contrário da maioria dos artigos de jornais, relatórios consulares, das cartas que estudámos, bem como do diário de bordo de João Baptista de Oliveira e Vicente de Ornelas²⁵, Anna diz que, nesta viagem, que durou mais de 60 dias, a comida a bordo não era má. Acrescenta que a viagem foi difícil e perigosa, especialmente na travessia do Estreito de Magalhães, como outras tantas tinham sido. Nestas alturas, os passageiros agarravam-se à sua fé: «We prayed that God and His saints would help and guide us through the voyage. Like many others during that difficult trip, I prayed that we had made the right decision to leave Madeira, our dear families, all our friends and go half way around the world to another group of islands we had never seen»²⁶.

De acordo com este relato autobiográfico, a vida no Hawaii foi dura, mas o casal estava habituado à aspereza do trabalho do campo, na Madeira. Francisco ganhava 24 dólares por mês como trabalhador da Lihue Sugar Plantation, na ilha de Kauai. Conta Anna Martins Gouveia que trabalhavam muitas horas durante seis dias por semana, mas que o ordenado compensava. Tinham também uma casa e um pedaço de terra para plantarem o que desejassem: «I planted flowers and a little vegetable garden like I had in Madeira and took my turn in baking bread in the **furno** (FOOR-nu), a brick oven, in the plantation camp»²⁷. Nos vários relatos de descendentes de madeirenses, encontramos por diversas vezes a referência a estes fornos comunitários que eram constantemente usados pelas famílias, inundando os campos com o doce aroma do pão²⁸, como tão bem ilustra Joyce Lebra:

«Uma importação portuguesa, fundamental para o estilo de vida destes imigrantes, foi o forno, o forno arredondado, de tijolo, para cozer o pão português. Não existia um campo português que não tivesse, pelo menos, um forno. E, idealmente, existia um forno para cada quatro famílias. As mulheres juntavam-se uma ou duas vezes por semana para cozer pão para as suas famílias e para socializar»²⁹.

²⁴ AUGUSTO, 2022, *Mandem Saudades. Uma longínqua história de emigração*, pp. 12-13.

²⁵ Cf. OLIVEIRA, ORNELAS, 1970, «Destination Sandwich Islands».

²⁶ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 12.

²⁷ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 13.

²⁸ Cf. YOUNG, 1977, *Montage: An Ethnic History of Women in Hawaii*, p. 54, GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], pp. 13 e 25.

²⁹ LEBRA, 1999, *Shaping Hawaii: The Voices of Women* [...], p. 109. Tradução nossa.

Anna Martins Gouveia prossegue a sua narrativa falando das famílias numerosas daquele tempo e da importância que era dada ao facto de as crianças começarem a trabalhar cedo para ajudar na economia doméstica. Entretanto a família crescera e tinham já doze filhos. Francisco queria que os filhos rapazes (Manuel, Joseph, Frank e Stanley) aprendessem um ofício desde cedo para, depois, poderem sustentar as suas próprias famílias. Já as raparigas (Mary, Caroline, Theresa, Anna, Philomena, Beatrice, Louisa e Olivia) eram ensinadas pela mãe a cozinhar, costurar e a fazer a lida da casa. Era também obrigação da mãe educar os filhos na fé cristã e Anna não era exceção: toda a família ia à igreja para praticar a religião católica³⁰.

Enquanto o foco central do indivíduo era a família, o foco da comunidade ou da colónia portuguesa no Hawaii, era a igreja. Tal como acontecia na Madeira, a igreja era uma “instituição” de importância vital, não só no seu aspeto religioso, como também no aspeto social, uma vez que era um centro de encontro entre as várias famílias de plantações vizinhas e o ponto de convergência e de irradiação de muitas das tradições culturais. Como tão bem disse Joaquim Palminha Silva, «[o] emigrante português levou consigo a religião católica. Particularmente, no início da fixação no arquipélago do Hawaii, esta deverá ter funcionado como grande sustentáculo para enfrentar a nova vida, o trabalho e os “estranhos” costumes dos autóctones»³¹.

Num território onde predominava o protestantismo, a chegada dos portugueses contribuiu enormemente para o progresso do catolicismo. Nas plantações, os missionários católicos encontravam nos portugueses uma comunidade recetiva ao seu trabalho de evangelização, os plantadores estimulavam as práticas religiosas através do financiamento para a construção de igrejas e escolas, percebendo que, assim, ajudavam a manter a moralidade nos campos. Os próprios emigrantes contribuíam com o seu trabalho e com o seu dinheiro para a construção de igrejas³², de modo a satisfazer as suas necessidades espirituais e para, novamente, recriar o seu ambiente na terra de acolhimento, através da prática das tradições e costumes das ilhas onde haviam nascido.

Também as escolas eram de uma importância fundamental no Hawaii. Nos campos das plantações foram construídas escolas governamentais onde se ensinava a língua inglesa. Segundo Anna Martins Gouveia, os portugueses faziam questão de dar formação aos seus filhos e consideravam importante que eles aprendessem a ler

³⁰ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*, p. 14.

³¹ SILVA, 1996, *Portugueses no Havai, Séculos XIX e XX (Da Imigração à Aculturação)*, p. 93.

³² Já em 1860, antes dos fluxos migratórios portugueses, o Bispo Maigret mencionara que grande parte dos fundos para a construção da capela de St. Patrick, em Halawa, na ilha de Oahu, haviam sido doados por um homem português. Cf. MULHOLLAND, 1970, *Hawaii's Religion*, p. 103.

e a escrever em inglês, que era a língua da “Terra Nova”. Só assim poderiam aculturar-se e arranjar trabalhos melhores³³.

Em 1896, o relatório da Junta de Educação havaiana revelava: «a colónia portuguesa fornece mais de uma quarta parte das crianças que atendem à escola [...] e assalariados pelo Governo existem nove professores de ambos os sexos, também portugueses»³⁴. De acordo com B. O. Wist, terá mesmo sido a presença de um tão grande número de alunos portugueses nas escolas do território que, na década de oitenta, terá enfatizado a necessidade do ensino da língua inglesa nas escolas públicas³⁵. As estatísticas apontavam, de facto, para uma forte presença de alunos portugueses nas escolas públicas havaianas. De tal modo que, no relatório de instrução pública de 1902³⁶, estes mereciam especial referência por parte do superintendente Atkinson, relativamente ao aumento significativo de alunos desta etnia, entre os anos de 1892 e 1902:

«In this period of time the Portuguese children attending school have increased from 2253 to 4124 or have practically doubled, the increase being close on 2000 during the ten years. The increase of Portuguese children attending school has been four times that of those of Hawaiian descent»³⁷.

Neste relatório, referia-se ainda que tal acréscimo não se devia, realmente, à importação de mais mão de obra, mas ao natural aumento do número de famílias nascidas e criadas no território havaiano.

Tal como nas plantações, também nas escolas as crianças tinham de conviver com outras de diferentes etnias. Anna Martins Gouveia refere os japoneses, chineses e filipinos: «We learned to work and live with many nationalities who spoke different languages, ate different foods, and had different ways»³⁸. Convivendo diariamente com as outras etnias, a comunicação não parece ter sido difícil. Aliás, com mais facilidade ainda do que os adultos, as crianças rapidamente interiorizaram a linguagem da plantação, aprendendo também outras línguas ou apenas termos de outras línguas, que passaram a fazer parte do seu dia a dia, assim como as comidas que trocavam, os jogos, as músicas, enfim, todo um intercâmbio cultural que acabaria por transformar o Hawaii naquilo que hoje o arquipélago representa.

³³ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 15.

³⁴ *O Luso*, 6 de junho de 1896, p. 4.

³⁵ WIST, 1940, *A Century of Public Education in Hawaii*, p. 73.

³⁶ Hawaii State Archives, 1902, *Report of the Superintendent of Public Instruction to the Governor of the Territory of Hawaii*, p. 6.

³⁷ Hawaii State Archives, 1902, *Report of the Superintendent of Public Instruction to the Governor of the Territory of Hawaii*, p. 7.

³⁸ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 16.

Com a importação de indivíduos das mais variadas origens, o inglês rapidamente se tornou na “linguagem de comando” das plantações e, como consequência, na linguagem corrente utilizada pelas várias etnias para comunicarem entre si. A este inglês da plantação havaiana deu-se o nome de *pidgin English*. Não se tratava, porém, da língua inglesa como a conhecemos hoje. Era, por assim dizer, um inglês híbrido, uma espécie de dialeto da plantação com influências notórias dos vários grupos étnicos, entre os quais se inscrevia também a influência portuguesa. Como atestou John Reinecke:

«Na plantação, um capataz podia dirigir-se a um grupo de trabalhadores etnicamente diverso, numa linguagem *pidgin*, e comunicar com todos eles ao mesmo tempo, e os trabalhadores conseguiam responder num *pidgin* que incorporava particularmente japonês, português, chinês ou outros elementos no seu discurso»³⁹.

O *pidgin English*, não se tendo ficado apenas por “linguagem de comando”, estendeu-se para os campos habitacionais, permitindo a comunicação entre os diferentes indivíduos e contribuindo para criar uma nova identidade e perpetuar um novo tipo de discurso, ainda hoje observado naquele arquipélago.

Ainda relativamente à vida na plantação, parece-nos que Anna Martins Gouveia não participava no trabalho braçal nos campos de cana-de-açúcar, já que afirma: «I helped bring in extra money by sewing and embroidering for the plantation managers and school teachers. We raised a few cows and some chickens for our own use and sold milk and eggs to the people who lived on the plantation»⁴⁰. Na verdade, muitas das mulheres que não estavam diretamente ligadas ao serviço braçal da produção da plantação desempenhavam outras tarefas remuneradas nos campos. Podiam fazer limpezas, cozinhar, lavar a roupa ou costurar para os homens solteiros, como nos conta Hideko Sasaki num outro relato: «O meu pai trabalhava muito e a minha mãe ajudava. Lavava e costurava para os homens solteiros. Ganhava cerca de 10 dólares por mês e, com esse dinheiro, comprava-nos roupa e outras coisas para a casa»⁴¹.

Os rapazes começavam a trabalhar ainda em tenra idade e também era comum, como já se disse, as famílias terem animais (vacas e galinhas) e um pedaço de terra para cultivo de frutos e vegetais. Estes produtos serviam para a economia doméstica e para comercializar dentro da plantação. Tal como Anna Martins Gouveia, Young conta-nos:

³⁹ REINECKE, 1969, *Language and Dialect in Hawaii*, p. 95. Tradução nossa.

⁴⁰ GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*, p. 17.

⁴¹ SASAKI, 1978, «The Life History of a Portuguese Immigrant», p. 69. Tradução nossa.

«O Joãozinho tinha deixado a escola no sexto ano para trabalhar na plantação, e trazia para casa um bom salário de 25 dólares por mês – mais do que o salário inicial do pai! O Alfredo planeava continuar os estudos e, aos fins-de-semana, trabalhava para o Sr. Andrade, o canalizador da plantação. A Teresa e as crianças continuavam a vender os vegetais da horta, o leite e os ovos, e a fazer as suas poupanças»⁴².

A narradora do relato autobiográfico aqui em estudo revela-nos que, em 1918, tendo já poupado dinheiro suficiente, o marido Francisco abandonou o trabalho na plantação. Os filhos mais velhos queriam seguir para a Califórnia porque muitas famílias portuguesas haviam já dado esse “salto”, mas havia uma longa lista de espera para os navios e, para além disso, ofereceram um trabalho ao Francisco, como pedreiro, em que ele ganhava três dólares por dia. Decidiram, por isso, ficar por Honolulu⁴³. Os pedreiros madeirenses eram reconhecidos e bem pagos por serem hábeis na construção de muros e casas em pedra emparelhada, uma marca madeirense que persistiu na arquitetura havaiana.

Relativamente ao “salto” para a Califórnia⁴⁴, era comum entre os imigrantes no Hawaii, no final dos contratos, quererem emigrar para o continente americano e estabelecerem-se na Califórnia, que demandava trabalhadores e aliciava-os com regalias e com salários mais promissores do que aqueles que eram pagos no Hawaii. A “febre americana”, como então era denominado este êxodo do Hawaii para a Califórnia atingiu, porém, mais os portugueses continentais radicados no Hawaii do que propriamente os ilhéus que, com mais facilidade, se aculturavam. Como diz Mário Augusto:

⁴² YOUNG, 1973, *The Portuguese in Hawaii*, p. 56. Tradução nossa.

⁴³ Cf. GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 17.

⁴⁴ Já em 1884 existiam três carreiras de vapores entre São Francisco e o Hawaii. Cf. Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Documentos, relatórios e correspondência avulsos, *Emigração para o Hawaii*, caixa n.º 1067, n.º 86 (ofício de 12 de abril de 1884). Crê-se que, mesmo antes da anexação, em 1898, cerca de 2000 portugueses haviam já trocado o Hawaii pela Califórnia. Cf. MARQUES, 1910, «The Portuguese in Hawaii», p. 44. Em 1909, empregavam-se nas plantações havaianas apenas 3663 portugueses, verificando-se, em 1912, um decréscimo para 1000 indivíduos portugueses ao serviço das plantações. Cf. COSTA, 1912, «Colónias portuguesas nas Ilhas de Hawaii e América do Norte», p. 247. Em 1905 e 1906 também a imprensa madeirense dava conta de grandes levas de portugueses do Hawaii para a Califórnia. Cf. *Heraldo da Madeira*, 15 de dezembro de 1905, p. 2, e 17 de março de 1906, p. 2. Mas não eram apenas os trabalhadores das plantações que partiam em busca de melhor futuro. Outros, em melhores posições, também aproveitavam as oportunidades que a Califórnia podia oferecer. Citando um periódico português do Hawaii, lia-se na imprensa madeirense: «O nosso patricio António D. Castro partiu para S. Francisco da Califórnia onde vai ser colocado no Banco Português daquela cidade», in *Heraldo da Madeira*, 2 de outubro de 1910, p. 2.

«Muitos dos continentais, desenraizados nestas ilhas distantes, decidiam fazer nova viagem — de regresso a casa ou, no caso das famílias saídas do Alentejo e de Trás-os-Montes, seguindo para a Califórnia, onde começaram a integrar-se nas grandes comunidades da região de S. Francisco. Esse caminho da emigração portuguesa era já perçecionado no fim do século XIX, mas aumentou muito por volta da década de 1910»⁴⁵.

Anna Martins Gouveia conta que a família poupou até conseguirem comprar uma casa grande em Kapahulu, onde viveram durante 30 anos, até que se mudaram para uma casa mais pequena, construída pelo marido. Novamente, Anna plantou flores no jardim e vegetais na horta. Tinham sempre uma vaca, por causa do leite e criavam galinhas para poderem ter ovos. Era a única maneira de conseguirem sustentar a família⁴⁶.

Os filhos mais velhos estudaram e aprenderam um ofício e, juntamente com o pai, naturalizaram-se cidadãos americanos, mas Anna confessa que nunca teve tempo para sentar-se e aprender a ler e a escrever o inglês suficiente para poder fazer os testes de modo a obter a naturalização⁴⁷. Com a anexação do Hawaii, em 1898, muitos portugueses haviam já optado pela naturalização, o que lhes trazia vantagens, não só como votantes, mas sobretudo como candidatos à aquisição de terras, outrora propriedade da coroa havaiana. Em 1910, de acordo com os censos populacionais, a comunidade portuguesa no Hawaii era composta por 22294 indivíduos, que representavam 11,6% da população total do arquipélago. Segundo Marques, «[d]estes, 1239 são votantes, mas são sobretudo os mais novos, já que os homens mais velhos não se interessam pela cidadania americana, preferindo manter lealdade à sua bandeira nacional ou sendo impedidos de se naturalizarem devido a não saberem ler e escrever»⁴⁸.

Mas Anna continua a sua narrativa autobiográfica dizendo que a família era feliz em Kapahulu. Viviam perto da igreja e iam sempre à missa e aos sacramentos:

«The children grew up good Catholics. We took them to the church processions and **chamarrita** (sha-ma- RRHEE-ta) dances and the Holy Ghost feasts with the processions, the games, the music and the costumes of the old country. I made Portuguese doughnuts called **malassadas** (ma-la-SAH-dahs) every Shrove Tuesday. We ate Portuguese food like **vinha d'alhos** (veen-ya-DAHL-yous) and Portuguese bean soup with slabs of homemade bread»⁴⁹.

⁴⁵ AUGUSTO, 2022, *Mandem Saudades. Uma longínqua história de emigração*, p. 66.

⁴⁶ Cf. GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*, p. 21.

⁴⁷ Cf. GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*, p. 23.

⁴⁸ MARQUES, 1910, «The Portuguese in Hawaii», p. 44. Tradução nossa.

⁴⁹ Cf. GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands [...]*, p. 25.

O catolicismo dos emigrantes esteve na base da preservação de várias tradições, como a observação de vários dias santos com procissões, arraiais, música, bazares e gastronomia. Concertos musicais, recitações e bailes, com especial destaque para o baile da «Chamarrita», eram também comuns entre os portugueses e apreciados pela comunidade havaiana em geral. Da mesma maneira, palavras como «malassada», «pão doce», «linguiça», «vinha d'alhos»⁵⁰ e outras, fazem parte do vocabulário das ilhas, sendo tantas vezes pronunciadas e escritas com ignorância total da sua origem. No vocabulário havaiano, palavras como “pakaliao”, para bacalhau, “Maria Saneta”, para Maria Santa, “pukiki”, para português, “Kristiano”, para Cristiano, e “wiola”, para viola, sugerem uma influência marcadamente portuguesa.

Há também a questão já referida do forno. Anna Martins Gouveia diz que na plantação, na ilha de Kauai, tinha de partilhar o forno comunitário com as outras mulheres, mas em Kapahulu, na ilha de Oahu, Francisco e os amigos construíram um forno no quintal, como era hábito nas casas dos portugueses. Desta maneira, podiam ter sempre o pão que comiam todos os dias e podiam também assar carne e peixe. Nos dias especiais, como a Páscoa ou o Natal, costumavam fazer um pão dourado e doce, chamado «pão dôce (pown-DOH-see)»⁵¹ que, por vezes, continha ovos com casca para surpreender as crianças.

Anna conta que, hoje em dia, o pão é comprado na mercearia, mas que nada se compara ao pão outrora feito duas ou três vezes por semana, nos fornos de tijolo. Coziam cerca de dez pães de cada vez e não era tarefa fácil. Os filhos ajudavam sempre. Saudosista diz: «I can still smell the aroma of those hot, golden loaves. You could smell it throughout the neighborhood!»⁵².

Por altura da escrita desta narrativa, todos os doze filhos de Anna Martins Gouveia e Francisco estavam já casados, a maioria com outros portugueses ou parte-portugueses. Os pais preocupavam-se com a possibilidade dos filhos se casarem fora do grupo étnico português, com a certeza de que pessoas de outras etnias não compreenderiam o seu passado, tradições, língua e, especialmente, a religião, dificultando o bom entendimento familiar. Na verdade, durante cerca de um quarto de século, posterior ao início da emigração organizada para o Hawaii, os portugueses viveram numa espécie de comunidade isolada, pouco permeável aos valores socioculturais da terra de acolhimento. Vivendo em grandes famílias, conseguiam

⁵⁰ A obra de Katherine Bazore é rica em vocábulos portugueses associados à culinária. Cf. BAZORE, 1947, *Hawaiian and Pacific Foods*, pp. 77-79.

⁵¹ Cf. GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 25.

⁵² Cf. GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 27.

manter os padrões culturais trazidos do velho continente e, geralmente, mantinham os casamentos dentro do mesmo grupo étnico⁵³.

Como facilmente se compreenderá, o processo de assimilação desenvolveu-se mais rapidamente com os emigrantes mais jovens e com os descendentes dos emigrantes. A par dos vários fluxos migratórios portugueses que foram aportando no Hawaii até 1913, também o número de nascimentos observado possibilitou que a colónia portuguesa naquele arquipélago fosse ganhando proporções numéricas que a elevariam a uma das maiores colónias europeias. Cerca de cinco anos após a chegada do primeiro contingente de madeirenses, os portugueses representavam já cerca de 12% da população, para, em 1896, tal proporção roçar já os 15% da população total do Hawaii. Note-se que, nesse ano, 46% do total da população portuguesa era já nascida no arquipélago havaiano. Naturalmente, os netos de Anna Martins Gouveia, já americanizados e absolutamente aculturados, casaram-se com pessoas de outras nacionalidades e de outras raças. Apenas três, dos quarenta e quatro netos do casal, se casaram com portugueses puros⁵⁴. Quando o seu primeiro trineto nasceu, tiraram uma fotografia com as cinco gerações. Francisco já havia falecido, em 1969⁵⁵, com 93 anos, mas teria ficado orgulhoso de fazer parte daquela memória, onde, segundo o obituário publicado no Honolulu Star-Bulletin, ainda constavam os doze filhos do casal. Já Anna Martins Gouveia viria a falecer no ano de 1981⁵⁶, com 100 anos de idade. Analisando o seu obituário, os filhos Anna e Frank terão morrido antes dela, mas ela deixava uma grande descendência de 44 netos, 73 bisnetos e 12 trinetos, muitos dos quais ainda hoje se orgulham da memória autobiográfica legada a estas gerações futuras.

E é de memória que se fala quando trabalhamos com narrativas autobiográficas. O facto de fazermos um paralelismo entre a narrativa de Anna Martins Gouveia e a História da emigração para o Hawaii e vivência nas ilhas (com especial atenção para os madeirenses e para a colónia portuguesa aí residente), permite-nos entender a importância destes escritos de si na preservação da memória individual, mas e sobretudo, da memória coletiva. Porque o “eu” da narrativa se constrói a partir de tantos outros “eus”, o autor do texto da escrita de si, ao divulgar a sua história, está a relatar os aspetos da sua cultura e da cultura do grupo em que está inserido. A representação do passado materializa-se no presente através da escrita, dando

⁵³ ADAMS, 1969, *Interracial Marriage in Hawaii* [...], pp. 119 e 137.

⁵⁴ Cf. GOUVEIA, ARAÚJO, 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands* [...], p. 28.

⁵⁵ *Honolulu Star-Bulletin*, 9 de maio de 1969, p. 34.

⁵⁶ *The Honolulu Advertiser*, 8 de dezembro de 1981, p. 13.

a possibilidade a esse documento escrito de reescrever a História, ou preencher lacunas, dando contributos indispensáveis para a sua edificação, tornando-se no seu objeto de estudo. Tal como quase toda a escrita de si, a narrativa autobiográfica surge, exatamente, desta interligação entre História e memória.

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia de Ponta Delgada, Nascimentos, livro 5567.
Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paróquia da Ponta Delgada, Casamentos, livro 8168.
Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Documentos, relatórios e correspondência avulsos, *Emigração de Portugueses para o Hawaii*, caixa n.º 1067, documentos n.ºs 53 e 86.

Relatórios

Hawaii State Archives, *Report of the Superintendent of Public Instruction to the Governor of the Territory of Hawaii*, 1902.

Hawaii State Archives, British Consular Records, Foreign Office and Executive, correspondência de James H. Wodehouse para Granville, ofício de 13 de março de 1882.

Periódicos

Heraldo da Madeira, Funchal, 15 de dezembro de 1905, 17 de março de 1906 e 2 de outubro de 1910.

Honolulu Star-Bulletin, Honolulu, 9 de maio de 1969.

Luso (O), Honolulu, 6 de junho de 1896.

The Honolulu Advertiser, Honolulu, 8 de dezembro de 1981.

Bibliografia

ADAMS, Romanzo, 1969, *Interracial Marriage in Hawaii; a Study of the Mutually Conditioned Process of Acculturation and Amalgamation*, New Jersey, Patterson Smith.

- AUGUSTO, Mário, 2022, *Mandem Saudades. Uma longínqua história de emigração*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BAZORE, Katherine, 1947, *Hawaiian and Pacific Foods*, New York, Gramercy.
- CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Coleção Teses, n.º 7, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- COSTA, Joaquim Vieira Botelho da, 1912, «Colónias portuguesas nas Ilhas de Hawaii e América do Norte», in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, série n.º 30, n.º 6, pp. 233-263.
- GOMES, Ângela de Castro (org.), 2004, *Escrita de Si, Escrita da História*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- GOUVEIA, Anna Martins, ARAÚJO, Margaret F., 1975, *From Madeira to the Sandwich Islands: The Story of a Portuguese Family in Hawaii*, Honolulu, Ethnic Resource Center for the Pacific.
- LEBRA, Joyce C., 1999, *Shaping Hawaii: The Voices of Women, Oral Histories of the Island's First Settlers*, Honolulu, Goodale Publishing.
- LEJEUNE, Philippe, 1974, *Le Pacte Autobiographique*, Paris, Éditions du Seuil.
- MACDONALD, James John, 1986, *Cognitive aggregate and social group: the ethnic Portuguese of Honolulu*, Michigan, University Microfilms International.
- MARQUES, A., 1910, «The Portuguese in Hawaii», in *The Hawaiian Almanac and Annual for 1911*, Honolulu, Thos. G. Thrum, pp. 43-53.
- MULHOLLAND, John Field, 1970, *Hawaii's Religion*, Rutland, Tuttle.
- OLIVEIRA, João Baptista, ORNELAS, Vicente de, 1970, «Destination Sandwich Islands», in *Hawaiian Journal of History*, vol. 4, pp. 3-52.
- PAP, Leo, 1981, *The Portuguese-Americans*, Boston, Massachusetts, Portuguese Continental Union of the U.S.A.
- REINECKE, John E., 1969, *Language and Dialect in Hawaii*, Honolulu, University of Hawaii Press.
- SASAKI, Hideko, 1978, «The Life History of a Portuguese Immigrant», in FELIX, John Henry, SENEAL, Peter F. (ed.), *The Portuguese in Hawaii*, Honolulu, Centennial Edition.
- SILVA, Joaquim Palminha, 1996, *Portugueses no Havai, Séculos XIX e XX (Da Imigração à Aculturação)*, Lisboa, Gabinete de Apoio às Comunidades Açorianas.
- WIST, B. O., 1940, *A Century of Public Education in Hawaii*, Honolulu, The Hawaiian Educational Review.

YOUNG, Nancy Foon, 1973, *The Portuguese in Hawaii: A Resource Guide*, Honolulu, Ethnic Research and Resource Center, University of Hawaii.

YOUNG, Nancy Foon, 1977, *Montage: An Ethnic History of Women in Hawaii*, Honolulu, Ethnic Research and Resource Center, University of Hawaii.

Names and Insignia of Hawaii, 1970, Honolulu, Hawaii State Library.